



PROJETO DE LEI Nº 083/2015

Prorrogação de duração de celebração de convênio com entidade descrita na Lei Municipal nº 4.039, de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 1º. A duração da concessão de convênio, prevista no artigo 4º da Lei Municipal nº 4.039, de 02 de fevereiro de 2015, passa de 30 de junho de 2015 para 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º. A entidade e respectivos valores, descritos no artigo 1º da Lei Municipal nº 4.039, de 02 de fevereiro de 2015, para efeito de prorrogação serão os seguintes:

I. SINDICOBÍ - R\$ 25.833,55 (vinte e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. O objeto do convênio consta do Plano de Trabalho a ser aprovado pelo Poder Executivo, o qual será inserido no texto final do ajuste.

Art. 4º. A duração do convenio será até 31 de dezembro de 2015, podendo ser suspenso o pagamento na ocorrência de descumprimento do objeto, e ate denunciado, se ocorrer desvio das finalidades da entidade.

§ 1º. A fiscalização da efetiva execução do objeto proposto no Plano de Trabalho apresentado será efetuada pelos Conselhos Municipais.

§ 2º. Em caso de descumprimento do avençado, a entidade será notificada pelo Conselho Municipal para regularização das pendências.

§ 3º. Será dada ciência ao Prefeito Municipal e ao responsável pelo Controle Interno de qualquer ocorrência relativa à subvenção.

Art. 5º. O valor final e total de cada entidade é o constante do Orçamento Fiscal do corrente exercício, podendo ser ajustado na forma da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ibitinga, 11 de junho de 2015.

FLORISVALDO ANTÔNIO FIORENTINO
Prefeito Municipal





TRABALHO • RESPONSABILIDADE • PAZ SOCIAL

Ofício nº 613/15
Ibitinga, 11 de junho de 2015.

Senhor Presidente:

Vimos pelo presente, encaminhar para esta Egrégia Casa o Projeto de Lei nº 83/2015, a respeito de prorrogação do convênio celebrado com o SINDICOBÍ, aprovado pela Lei Municipal nº 4.039, de 02 de fevereiro de 2015.

Como foi demonstrado no plano de trabalho juntado àquela Lei, a subvenção tinha como duração até o dia 30 de junho de 2015.

Ocorre que, a Lei Federal nº 13.019/2014, foi adiada sua vigência para 27 de julho de 2015. A mesma terá nova regra a ser seguida para concessão de auxílio financeiro ao terceiro setor, sendo uma delas o chamamento que o Executivo providenciará, além de inúmeras outras exigências contidas na mesma Lei, o qual deverá ser analisado a partir daquela data, pois a prestação de contas no final do ano será com base nessa mesma Lei.

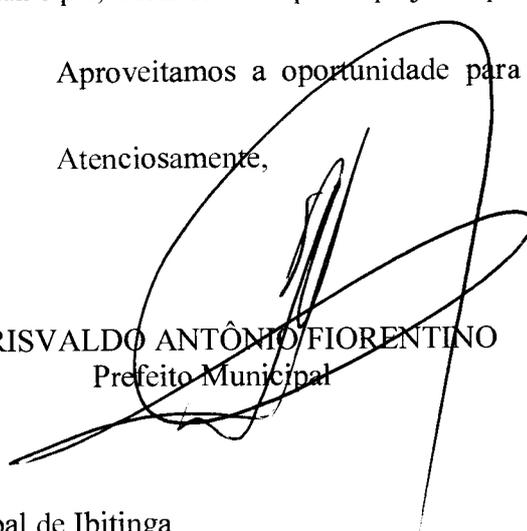
Também de dizer aos Senhores Vereadores que a iniciativa do Executivo na pretensão da prorrogação como adiamento do plano de trabalho, leva em conta oferecer uma facilidade às entidades ora conveniadas com o Município de Ibitinga.

De outro lado, não sendo prorrogado, o mês de julho ficará sem nenhum repasse para as entidades, tanto porque a nova lei ainda não entrou em vigor, como também porque o convênio vence em 30 de julho.

Diante dessa situação, rogamos que apreciem, Vossa Excelência e Nobres Edis, o presente Projeto de Lei em regime de Urgência Especial, nos termos da Lei Orgânica do Município, esclarecendo que o projeto apresentado possui dotação orçamentária suficiente.

Aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de consideração e estima.

Atenciosamente,


FLORISVALDO ANTÔNIO FIORENTINO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
WINDSON PINHEIRO
Presidente da Câmara Municipal de Ibitinga
Ibitinga/SP

